

RESOLUÇÃO Nº 21/2005

(Publicada no Diário Oficial de 18/03/2005)

(Republicada no Diário Oficial de 21/07/2005)

Alterada e Ratificada pela Resolução nº 175/05.

Ver Resolução nº 09/2005, que ratifica os benefícios de diferimento e pagamento concedidos através desta Resolução.

Habilita a ARTESPUMAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., aos benefícios do DESENVOLVE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVE, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 8.205, de 03 de abril de 2002, alterado pelos Decretos nºs 8.413, de 30 de dezembro de 2002, 8.435, de 03 de fevereiro de 2003, 8.665, de 26 de setembro de 2003, 8.868, de 05 de janeiro de 2004, 9.152, de 28 de julho de 2004 e 9.188, de 28 de setembro de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º Considerar habilitado aos benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE o projeto de implantação da ARTESPUMAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 06.142.278/0001-80, localizado no município de Dias d'Ávila - Bahia, para produzir fitas e peças técnicas, sendo-lhe concedido os seguintes benefícios:

Nota: A redação atual do "caput" art. 1º foi dada pela Resolução nº 175, de 21/12/05, DOE de 05/01/06, efeitos a partir de 05/01/06.

Redação original, efeitos até 04/01/06:

"Art. 1º Considerar habilitado, "ad referendum" do Plenário, aos benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, o projeto de implantação da ARTESPUMAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 06.142.278/0001-80, localizado no município de Dias D'Ávila - Bahia, para produzir fitas e peças técnicas, sendo-lhe concedidos os seguintes benefícios:"

I - diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) nas importações e nas aquisições neste Estado e em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;

b) nas aquisições de copolímero de etileno e acetato de vinila (EVA) e polietilenos de estabelecimentos onde seja exercida a atividade enquadrada na CNAE-Fiscal sob o código 2431-7/00 (fabricação de resinas termoplásticas), nos termos do item 4, alínea *a*, inciso XI do art. 2º e art. 3º do Decreto nº 6.734/97 e alterações, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da sua industrialização.

Nota: A redação atual da alínea "b", do inciso I do art. 1º foi dada pela Resolução nº 175, de 21/12/05, DOE de 05/01/06, efeitos a partir de 05/01/06.

Redação original, efeitos até 04/01/06:

"b) nas aquisições de EVA e polietilenos de estabelecimentos onde seja exercida a atividade enquadrada na CNAE-FISCAL, sob o código nº 2431-7/00 (fabricação de resinas termoplásticas), nos termos da Resolução 05/2003 – DESENVOLVE."

II - dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor

do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE.

Art. 2º Conceder prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da data da publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado.

Nota: A redação atual do art. 2º foi dada pela Resolução nº 175, de 21/12/05, DOE de 05/01/06, efeitos a partir de 05/01/06.

Redação original, efeitos até 04/01/06:

"Art. 2º Conceder prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contado a partir do início das operações comerciais do projeto incentivado."

Art. 3º Sobre cada parcela do ICMS com prazo de pagamento dilatado, incidirão juros correspondentes a 85% (oitenta e cinco por cento) da Taxa Referencial de Juros de Longo Prazo - TJLP, capitalizados ao ano.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 16 de março de 2005.

JOSÉ LUIZ PÉREZ GARRIDO
Presidente